## AS CARACTERÍSTICAS DA

# LAICIDADE PORTUGUESA E BRASILEIRA

E A EFETIVIDADE DA LIBERDADE DE CULTO

## Marcel Antônio Marques Elias

PREFÁCIO DE **Jorge Barcelar Gouveia** POSFÁCIO **Thiago Rafael Vieira** 

### AS CARACTERÍSTICAS DA

# LAICIDADE PORTUGUESA E BRASILEIRA

E A EFETIVIDADE DA LIBERDADE DE CULTO



Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor. (Lei 9.610, de 19.02.98 – DOU 20.02.98)

Impresso no Brasil Printed in Brazil

Editora responsável: Marlene Imhoff

#### LEX Editora S/A

Rua Dezoito de Novembro, 423 - Conj. 203

CEP: 90240-040

Porto Alegre/RS

Serviço de Atendimento: (51) 3191-3033

www.lex.com.br

Revisão: Letícia Lima

Capa: Fernanda Napolitano

E42c Elias, Marcel Antônio Marques

As características da laicidade portuguesa e brasileira e a efetividade da liberdade de culto / Marcel Antônio Marques Elias. – Porto Alegre: LEX, 2025.

15,5x22,5 cm.; 186 p. ISBN 978-85-7721-332-0

1. Igreja. 2. Estado. 3. Direitos fundamentais. 4. Liberdade religiosa. 5. Culto. 6. Portugal. 7. Brasil. I. Título.

CDU 342.731(469+81)

### **ABREVIATURAS E SIGLAS**

a.C/d.C antes de Cristo/depois de Cristo

ADIN Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental

AIRPII Acordo Internacional entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili

CCB Código Civil Brasileiro

CCP Código Civil Português

CEDH Convenção Europeia dos Direitos Humanos

CF Constituição Federal

CLR Comissão de Liberdade Religiosa

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CRP Constituição da República Portuguesa

CTECR Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas

CTN Código Tributário Nacional

DDHC Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

DIAP Departamento de Investigação e Ação Penal

DUDH Declaração Universal dos Direitos dos Homens

DR Decreto Regulamentar

IBDR Instituto Brasileiro de Direito e Religião

Ibidem No mesmo lugar

ICAR Igreja Católica Apostólica Romana

*Id.* Idem

IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social.

IURD Igreja Universal do Reino de Deus

LF Lei Fundamental

LLR Lei de Liberdade Religiosa

LLRC Lei de Liberdade de Religião e de Culto

MFA Movimento das Forças Armadas

MJ Ministro da Justiça

MPT Ministério Público do Trabalho

NRP Nota de rodapé

OMS Organização Mundial da Saúde

ONGs Organizações Não Governamentais

ONU Organização das Nações Unidas

Op. Cit. Obra citada

P. Página

PP. Páginas

PIDCP Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

PRP Partido Republicano Português

TC Tribunal Constitucional

RPC República Popular da China

PLLR Proposta de Lei da Liberdade Religiosa

TEDH Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

TRT Tribunal Regional do Trabalho

UE União Europeia

STF Supremo Tribunal Federal

STJ Superior Tribunal de Justiça Brasileiro

## **SUMÁRIO**

Sobre o Autor	9
Prefácio	21
Introdução	23
Parte Um – Quadro Teórico e Conceitual: Religião e Laicidade	
1. Teorias jurídicas de Religião	29
1.1. Conceito substancial-objetivo de religião	33
1.2. Conceito funcional-subjetivo de religião	37
1.3. Conceito tipológico de religião	39
1.4. Conceito de religiões satíricas	41
1.5. O conceito jurídico de religião a que aderimos	44
2. Conceitos de seitas	47
3. Conceito de Estado laico (laicidade)	57
3.1. Neutralidade do Estado, laicidade e laicismo: necessárias distinções	62
4. As características gerais de um Estado laico	71
4.1. Característica da separação	71
4.2. Característica da liberdade	78
4.3. Característica da benevolência	83
4.4. Característica da cooperação e/ou colaboração	86
5. Contrastes entre as laicidades portuguesa e brasileira: a característica da igual consideração	91
5.1. (Des)igual consideração das pessoas coletivas religiosas em Portugal	95
5.2. (Des)igual consideração das comunidades religiosas em matéria fiscal	98
5.3. (Des)igual consideração na restituição do IVA perante religiões não radicadas	103
5.4. (Des)igual consideração na consignação tributária	105
6. Considerações finais da Parte Um	107

## Parte Dois – Liberdade de culto em Portugal e no Brasil: análise crítica comparativa

1. Liberdade de culto	111
1.1. Histórico da liberdade de culto em Portugal e no Brasil	118
1.1.1. Liberdade de culto nas constituições portuguesas	120
1.1.2. As leis de liberdades religiosas portuguesas de 1971 e de 2001	137
1.1.2.1. Lei de Liberdade Religiosa – Lei nº 4/1971, de 21 de agosto	137
1.1.2.2. Lei de Liberdade Religiosa nº 16/2001, de 22 de junho	140
1.2. Liberdade de culto nas constituições brasileiras	144
1.2.1. Uma lei de liberdade religiosa para o Brasil?	152
2. Considerações finais da Parte Dois e análise crítica comparativa	155
Conclusões	169
Posfácio	173
Referências	177